

Televisões globais, história única

TAL COMO SUCEDEU com Chimamanda Adichí, que só começou a ter uma visão mais próxima da sua Nigéria natal quando começou a ler literatura africana – nomeadamente Chinua Achebe e Camara Laye – assim o mundo muçulmano só começou a reconhecer melhor a sua própria imagem televisiva e a sua própria história recente após a criação da rede do Qatar, a Al Jazeera.

A Al Jazeera, que significa «a ilha» em árabe, arrancou a 1 de Novembro de 1996, pretendendo ser uma espécie de CNN para o mundo islâmico. Contudo, só após o 11 de Setembro começou a ser mais conhecida no Ocidente, mas quase nunca pelas boas razões ocidentais. O novo mensageiro narrava os factos em função desse «outro», em tempos dito «infel», e tanto bastava para que o Norte determinasse a morte desse alienígena. Bush e Blair ter-se-ão entendido nessa matéria, segundo relatou Jeremy Scathill na *The Nation*. A rede do Qatar tornou-se assim a voz desse «outro» e do «mal». Mas também é verdade que a própria comunicação estratégica israelita, sempre que necessita, não deixa de ocupar esse «demonizado» espaço. A «ilha» não deixa, pois, de realizar a metáfora, sendo neste caso uma porção de discurso rodeado de mensagem por todos os lados.

Essa mensagem, ou «mensagem», como preferia Marshall McLuhan, está aí, impante, desde a era da fragmentação do modelo audiovisual europeu e norte-americano – que é praticamente simultâneo e corresponde ao fim da televisão generalista clássica e à multiplicidade da oferta de canais via satélite e cabo. Mas agora, no final da primeira década do novo século, a esta era de fragmentação corresponde um tempo de hiperfragmentação dos sistemas televisivos, que na Europa se aproxima dos 10 mil canais de televisão, entre generalistas, cabo, satélite, tv's locais, *web tv's*, *mobile* e outras. A questão é que a diversidade da oferta e a qualidade dos conteúdos não cresce proporcionalmente à progressão exponencial do número de canais e plataformas. Pelo contrário: ter mais canais significa, tendencialmente, redifusão constante dos mesmos conteúdos ou de conteúdos em tudo idênticos, mas sobretudo uma contínua reciclagem da mensagem do centro para pacificar, normali-

zar, ou pelo menos consensualizar, em torno de um plano geral comum, a periferia.

Os canais internacionais

O que farão então de diferente, de diverso, os grandes canais internacionais constituídos em torno de objectivos comuns e sobre estratégias de internacionalização e de disseminação linguística e cultural, como a BBC, a RTPi, a CNN e outras? E que real alternativa local/global constituem essas novas «ilhas» como a Al Jazeera e Al-Arabiya, ou mesmo a BBC Arabic Television, para os países do Norte de África e do Médio Oriente?

Um relatório produzido por Deborah Horan, no âmbito do CIMA – Center for International Media Assistance, vem dizer-nos que, de uma maneira geral, os média no Médio Oriente e no Norte da África são actualmente mais livres do que o eram há dez anos. Com a explosão de canais que se registou na primeira década do século, verificou-se, inclusive na área específica da informação, o aparecimento de canais árabes muito atentos à sua própria realidade. Mesmo no plano do entretenimento, significativas alterações foram sendo introduzidas pelos novos canais, o que levou os canais oficiais locais, em boa parte dos casos, a serem secundarizados pela audiência relativamente à nova oferta transfronteira. Mas a verdade é que não podemos falar em grandes mudanças nesta matéria, dado que sobre o sistema de média local se mantém, apesar de tudo, uma mão forte do poder para além dessa «abertura» trazida pelos canais transnacionais. Até porque são exactamente canais como a Al Jazeera e a Al-Arabiya que contratam os melhores jornalistas locais, fazendo aumentar nitidamente a diferença de produto final entre os canais por satélites a as estações sob controlo governamental. Nessa perspectiva, «apenas três países árabes foram classificados como “parcialmente livres” pela Freedom House no seu índice de 2009 sobre a Liberdade de Imprensa, o resto permaneceu “não livre”. (...) Dado que a maioria dos países árabes não são democráticos, mesmo que a cobertura mediática de uma questão particular possa incitar as pessoas à mudança, há poucas, ou mesmo nenhuma saída política para fazer a mudança acontecer. No entanto, quanto maior for o acesso a notícias mais con-

fiáveis, mais possibilidade há de fazer avançar a causa da democracia (...)».

Local/Global

É um facto que não pode haver globalização sem os média e também, obviamente, sem os novos média e as redes de comunicações. Sendo os sistemas de média centrais no processo da globalização, é certo que boa parte das teorias da área das ciências da comunicação, das teorias críticas às do «imperialismo cultural», têm procurado ver o fenómeno como um processo de homogeneização, mas também é certo que o problema não pode ser reduzido a uma polémica entre os cépticos e os neoliberais ou outros adeptos da globalização. Como dizia Appadurai (2004:32), «globalização não implica necessariamente ou sequer frequentemente homogeneização ou americanização». As questões são, naturalmente, mais complexas, havendo argumentos fortes, quer nas teorias críticas, quer também nas perspectivas mais favoráveis, ou seja, nas teses da hibridez cultural, dos estudos de audiência e de recepção, da *cosmopolitan social democracy*, da diversidade, da relocalização (Movius, 2010: 6-18), do construtivismo, etc. Num outro registo, mais antropológico, poder-se-ia falar das ambivalências das novas tecnologias. Reconhecendo, com Appadurai, que a globalização da cultura não é exactamente a mesma coisa que a sua homogeneização, é um facto que o global não se constrói sem essa pulsão negativa, por assim dizer, levando a que a principal característica da política no plano global seja hoje «a política do mútuo esforço da semelhança e da diferença para se canibalizarem reciprocamente, assim proclamando o saque vitorioso das ideias gémeas do iluminismo, o universal triunfalista e o particular resiliente» (Appadurai, 2004: 63). Outros preferem manter uma interpretação crítica do actual modelo, considerando-se fundamentalmente preocupados com os aspectos negativos da globalização. É o caso de Zygmunt Bauman, que refere que se, por um lado, os fabricantes e manipuladores de símbolos são cada vez mais agressivos e «extraterritoriais», por outro, verifica-se um enfraquecimento das soberanias localmente circunscritas: «*Nosotros podríamos profetizar que, si nada la refrena o la domina, nuestra globalización negativa – y su modo alternativo de desprover de su seguridad a los que son libres y de ofrecer seguridad en forma de*

falta de libertad – hace ineludible la catástrofe» (Bauman, 2007:227).

A verdade é que mesmo no campo oposto, entre o pensamento liberal, também se encontram argumentos fortemente críticos. Veja-se o caso do alemão Max Otte, que vê na actual sociedade de informação uma «economia da desinformação» dominante, um sistema de opacidades, de pseudoacontecimentos e de ruído mediático, enfim, como defende, uma nova sociedade feudal submissa ao capitalismo predador, uma experiência democrática sob sequestro, além da crescente debilidade das instâncias políticas subordinadas aos grupos de pressão económica: «*El periodismo independiente ha caído en una crisis cada vez más profunda. Las redacciones agradecen las opiniones prefabricadas que les hacen llegar los departamentos de relaciones públicas de las empresas y de los ministerios, y así se cierra el círculo de las fuerzas motrices de la sociedad de la desinformación (...). Los medios – considerados desde hace tiempo como «cuarto poder» crítico (!) junto al legislativo, el ejecutivo y el judicial – se han convertido como los anteriores en puro multiplicador de la desinformación*» (Otte, 2010: 39-40). Nada que não se saiba... Ou não terão sido os médias globais também responsáveis pelo inflacionamento dramático das múltiplas crises da década, como a bolha *dot.com*, as mentiras sobre o Iraque, a bolha imobiliária, o crédito fácil, os produtos tóxicos, etc., etc.? Não esquecendo outras crises, como a climática, a crise do paradigma do progresso, a crença na sociedade de consumo e da abundância, etc. Mas sobre essa decisiva fractura cultural e os esgotados modelos da gratificação diferida, hoje, no novo contexto da comunicação instantânea à escala global e sob o espectro desse «primeiro Estado» em que se consagrou o domínio do capital impaciente, é de facto de uma outra crise que se trata, a do «triunfo da superficialidade no trabalho, nas escolas e na política», como refere Richard Sennett (2006: 133): «a nossa página nova talvez seja a revolta conta esta cultura debilitada».

Esta ordem do superficial que passa pela informação global atingiu há muito a própria dimensão cultural do fenómeno televisivo. O exemplo limite é o do mercado ibero-americano, onde o exemplo do caso português não deixa de ser deprimente. A ficção de fluxo no espaço ibero-americano não escapa, portanto,

ao modelo global de uma certa homogeneização cultural. Segundo Lorenzo Vilches, a uniformização dos conteúdos parece ser a regra da indústria televisiva, sendo certo que esse tipo de produção específica não é estranho ao actual processo de mundialização, caracterizando-se pelos seguintes aspectos: «i) a uniformização dos conteúdos via adaptação de formatos da ficção nacional e ibero-americana; ii) a confirmação de que o princípio económico é um princípio ordenador nesse processo; iii) uma vez comprovada a decadência ou a debilidade do sector público (...) o mercado tem a prerrogativa em todas as decisões sobre formas e conteúdos e iv) a constatação de uma filosofia mundializadora, incipiente e de magnitude desigual, no conjunto das indústrias nacionais de ficção ibero-americana diante dos mercados internacionais.» (Lopes e Vilches, 2008: 23-24). No mesmo estudo refere-se que há também, cada vez mais, uma menor diferenciação de consumo e géneros no contexto do mercado ibero-americano, uma grande concentração de novelas e também de séries no horário nobre, não havendo sequer grande diferenciação entre a oferta pública e privada nestes mercados. Deste estudo empírico retira-se também algo específico do caso português (Cádima, 2009) que não deixa de nos fazer pensar seriamente sobre os efeitos de um modelo caracteristicamente terceiro-mundista na nossa televisão, sem qualquer paralelo na Europa: «Portugal é o país que mais oferece ficção nacional de estreia (leia-se: novela) em horário nocturno (32%)» Neste sentido pode dizer-se que também em matéria de regulação europeia estamos perante um claro défice de acompanhamento deste tipo de questões (Cádima, 2007).

RTP Internacional

No início de 2010 o deputado socialista Paulo Pisco questionava no parlamento a prática do serviço público de televisão, através de um requerimento sobre a programação da RTPi e da RTP África. Considerava não haver, no caso da RTPi, «um jornalismo de e para as comunidades, nem tão-pouco é visível a promoção e reconhecimento dos muitos valores que existem nas comunidades». Tão-pouco o canal público conseguia suscitar «o interesse das novas gerações de portugueses espalhados pelo mundo», faltando «a dimensão cívica e política fundamental para a afirmação das nossas comunidades». Em relação à RTP

África, reconhecia ainda não existir «uma verdadeira promoção da cooperação e dos laços históricos e culturais» entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa. A RTPi surge a 10 de Junho de 1992, então apenas dirigida à Europa com uma emissão de apenas seis horas. Em 1997 surge a RTP África. Actualmente a RTPi é uma rede global, está presente em diversos sistemas digitais, no cabo e noutras plataformas, atingindo uma audiência de cerca de 20 milhões de espectadores, mas sempre muito criticada pelo esquecimento do pulsar das comunidades propriamente ditas, pela pouca expressão da herança cultural portuguesa, à revelia do próprio contrato de concessão, e pela difícil coabitação com países onde há claro défice de pluralismo. Em 1998 surge a SIC Internacional e em 2010 a ERC aprova o projecto TVI Internacional.

“**(...) Devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye eu passei por uma mudança mental na minha percepção da literatura. Apercebi-me que pessoas como eu, raparigas com a pele cor de chocolate, cujo cabelo estranho não podia formar rabos-de-cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei a escrever sobre coisas que reconhecia.**”
Chimamanda Adichi

Depois das grandes fases de diáspora dos portugueses até aos anos 60, o aparecimento de um canal internacional da cultura portuguesa três décadas mais tarde peca desde logo por clamoroso atraso. Daí que tivessem que ser os meios locais, muitas vezes promovidos pelas próprias comunidades portuguesas, nomeadamente em França, a exercer desde logo essa função tão adiada pelo operador público português. Recorde-se as emissões de rádio de Jorge Reis na estação pública ORTF (1966), as famosas rádios livres, os programas em português na RFI, a emissão de televisão *Mosaïques* (da FR3, 1976-1987), etc. Mais próximo de nós surge o canal CLP TV (2006-2009), um projecto desenvolvido pela comunidade portuguesa, infelizmente falido, e surge também a Lusopress.tv, um projecto de *web tv* que,

pelo facto de ser menos oneroso, poderá ter assim garantido um outro futuro no novo modelo de comunicação em ambiente digital. Sobre muitos destes temas surgia entretanto a obra *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*, de Manuel Antunes da Cunha. Trata-se de um aprofundado estudo sobre a diáspora portuguesa e sobre o sistema de médias que a envolve, nomeadamente no caso francês e em particular sobre a RTPi, que, como o autor refere, o começam por reenquadrar, inclusive numa perspectiva identitária na diáspora e num quadro de participação e interacção na comunidade distante da origem e nessa nova rede de sociabilidade: «*L'agencement de la grille, l'environnement visuel et la nature des propos m'interpellaient d'une façon différente que ne le faisait le paysage audiovisuel lusitanien*» (Cunha, 2009: 16). No final, o autor consegue definir de forma muito clara a caracterização daquilo que considera ser a «identidade discursiva» da RTPi: «*Tradition et modernité, culture populaire et érudite façonment le cadre énonciatif de la chaîne de souveraineté. (...) Les rubriques sur le tourisme, la nature, la langue, la gastronomie et la culture populaire, entre autres, esquissent une représentation plus traditionnelle de la portugalié. Dans cette quête des origines, les fictions à caractère historique évoquent des récits et des archétypes fondateurs, tandis que les émissions consacrés au football, au fado et à la religion réactualisent le mode portugais d'être au monde*» (Cunha, 2009: 329). Mas como referia o deputado Paulo Pisco, outros aspectos críticos se colocam, como por exemplo, o défice de pluralismo, político, cultural, etc., sobretudo no contexto das emissões destinadas às áreas geopolíticas mais complexas. E, no nosso caso, nas relações com África em particular. Recorde-se uma situação entre muitas ocorrida com a RTP África, que teve de fechar a sua delegação em Bissau em 1 de Dezembro de 2002, depois de um despacho da secretaria de Estado da Informação guineense ter obrigado à suspensão das emissões e, depois, ao encerramento da delegação e expulsão do jornalista João Pereira da Silva, delegado da RTP-África, situação que teria alegadamente sido originada pelas referências feitas à Amnistia Internacional, que exigia a realização de um inquérito sobre as circunstâncias da morte do general Ansumane Mané, a 30 de Novembro de 2000.

Em relação a Angola, Vicente Pinto de Andrade pôs claramente o dedo na ferida: «(...) Ainda há um longo caminho a percorrer no sentido da instituição plena de um regime democrático. A governamentalização e partidarização dos meios públicos de comunicação social são a nota mais negativa do regime político actual. Não é por acaso que continuam as restrições à extensão do sinal da Rádio Ecclesia (Emissora Católica de Angola). Angola é o único país da África de língua oficial portuguesa onde as imagens e os sons da RTP África e da RDP África não chegam “directamente” às nossas casas (...).»

Sobre esse outro défice que tem a ver justamente com o pulsar das comunidades da diáspora e a sua quase ausência na RTP Internacional, pronunciou-se outro investigador, também na sua tese de doutoramento, recentemente defendida. Trata-se de uma investigação sobre o modo como os média constroem e aprofundam a identidade de uma comunidade imigrante, o seu processo de integração, os elos identitários e a influência dos média, em que a RTP Internacional é estudada no plano da construção dessa realidade e identidade. Várias questões se colocam então, a começar pela questão de as pulsões e das experiências dessas comunidades não emergirem de uma maneira geral nos canais internacionais – bem como, no caso da RTPi, o esquecimento dos âmbitos da herança cultural, patrimonial e identitária portuguesa. É interessante verificar que este trabalho sobre o problema da identidade dessa comunidade, também sobre o problema dos média e suas interacções, incide em particular sobre o meio televisão, sendo que a maioria dos membros dessa comunidade saiu de Portugal nos anos 50-60, alguns sem conhecerem sequer as primeiras emissões de televisão em Portugal. A RTPi é assim entendida como meio privilegiado para o reforço do vínculo identitário, quer na comunidade, quer na sua ligação à origem mais difícil se torna definir qual o contributo efectivo dos médias para o reforço da identidade, embora se sustente a identidade como construção, como consciência colectiva, percepção comum, e daí a importância de uma nova responsabilidade social dos médias e dos jornalistas. ■

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS. NET, e-Journal of International Relations, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art7